



CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 02, Nº 20 - 1º de Abril de 2012

A Desindustrialização e o Novo “Pacto Social”

No próximo 04 de Abril, haverá uma manifestação em São Paulo convocada pela FIESP, CUT, CTB, Força Sindical, UNE e dezenas de entidades patronais. O objetivo, segundo os organizadores, é iniciar uma “verdadeira cruzada em defesa da indústria brasileira e do emprego”. Qual o significado deste novo “pacto social” proposto pela burguesia e algumas centrais sindicais?

Por Nazareno Godeiro

“O processo de desindustrialização vem avançando de forma galopante. Por isso, não nos resta alternativa senão irmos para as ruas em uma aliança inédita entre capital e trabalho”.

Esta é a declaração dada por Luiz Albert Neto, presidente da ABIMAQ (Associação Brasileira de Máquinas), para explicar a campanha que será lançada esta semana de “Defesa da Produção e do Emprego”.

A campanha conta com cerca de 30 entidades patronais e de trabalhadores e planeja manifestações de rua, como a que ocorrerá na Av. Paulista no dia 04 de Abril.

Uma unidade tão grande de setores sociais (trabalhadores e patrões) por causas tão nobres como é a defesa da indústria brasileira e o emprego deveria contar com o apoio de todos.

Porém, quais os interesses que estão por trás

destas belas palavras?

Analisando os verdadeiros motivos que estão por trás desta “união”, concluímos que esta manifestação não é progressiva.

O *Contra-corrente* desta quinzena vai analisar as razões do processo de desindustrialização no país, as perspectivas para a indústria de transformação, as medidas adotadas pelo governo e saídas para a crise sob a perspectiva dos trabalhadores.

Brasil: o colonialismo do século 21

Na nova reconfiguração neoliberal do mundo, a partir da década de 1990 o Brasil passou a assumir uma nova localização: produtor de matérias primas para o mercado mundial.

Apenas seis grupos de produtos – minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café - representaram 47% do valor exportado pelo Brasil em 2011.

Enquanto isso, a indústria de transformação concorre com a produção chinesa, patrocinada pelas multinacionais, que transformaram a China em “fábrica do mundo”.

Por isso, há uma queda relativa da indústria de transformação no PIB brasileiro, como atesta os dados do IBGE: em 1986 chegou a 27% do PIB. Em 2010, representou apenas 15%.

O projeto neoliberal é responsável pela crise da indústria nacional e sua desnacionalização.

Até 1986, tínhamos uma indústria diversificada que produzia desde aviões até armas pesadas,

alimentos e carros, máquinas e trens e cuja base era estatal.

Capacidade Ociosa Mundial

Atualmente, a indústria global vive um excesso de capacidade produtiva.

A indústria siderúrgica mundial tem um excedente produtivo de 500 milhões de toneladas de aço, que não encontram compradores.

No Brasil, o excesso na capacidade produtiva é de 20 milhões de toneladas.

O mesmo se passa com a indústria automobilística: o mundo hoje tem capacidade de produzir cerca de 90 milhões de veículos e a produção

em 2009 caiu para 60 milhões.

Em 2011, houve uma recuperação da produção e chegou a 80 milhões de veículos.

Quem está importando para o Brasil?

É essa sobra produtiva, que ocorre principalmente nos países ricos, que está provocando o aumento das importações no Brasil.

Soma-se a isso a manobra de desvalorização das moedas dos países imperialistas, como o dólar, tornando as mercadorias produzidas nos Estados Unidos ou na Europa mais baratas em relação ao real. por exemplo. É o fenômeno que a Dilma se refere como “tsunami

monetário”.

No total de produtos manufaturados na indústria brasileira, o déficit da balança foi de US\$ 92,4 bilhões de dólares.

Em 2010, todos os investimentos em capital fixo (prédios, máquinas, matérias primas, etc.) no Brasil chegaram a US\$ 406,8 bilhões de dólares.

Este dinheiro perdido com importação de produtos industriais representa 23% de todos os investimentos feitos no país, em todos os setores.

Este dinheiro usado aqui permitiria um grande salto no PIB e a criação de 500 mil empregos por ano na indústria manufatureira brasileira. ●

Exportações e importações por setor industrial em 2011 (em bilhões US\$)

Setor	Exportação	Importação	Saldo
Automóveis e Autopeças	8,3	18,2	-9,8
Aeronaves e peças	4,3	2,5	1,8
Laminados de ferro/aço	2,0	2,4	-0,4
Eletroeletrônico	7,9	39,5	-31,5
Máquinas e Equipamentos	11,9	29,7	-17,8
Total	92,2	184,7	-92,4

Fonte: Minc - Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) 2011.

O que se pode esperar de um “Acordo Nacional”?

Não são desprezíveis as vendas das 500 maiores empresas brasileiras em 2011: R\$ 2,4 trilhões em faturamento e lucro líquido de R\$ 200 bilhões.

Porém, o crescimento fantástico dos lucros está concentrado em mineração, energia, bancos e agronegócio.

O lucro da Vale em 2011 foi de R\$ 37 bilhões, o da Petrobrás de R\$ 33 bilhões, o dos 5 maiores bancos no Brasil foi de R\$ 46 bilhões e das grandes empresas do Agronegócio em 2010 foi de R\$ 10 bilhões.

Para efeito de comparação, as grandes montadoras de automóveis no Brasil têm lucros em torno de R\$ 1 bilhão.

Período	Investimento das montadoras	Desembolsos do BNDES	Remessa de lucros para o exterior
2001-2010	US\$ 17,6 bi	US\$ 22,1 bi	US\$ 20 bi

Indústria de Transformação está chorando de barriga cheia

Apesar de ter uma rentabilidade menor que o setor de bens primários, a Indústria de Transformação continua vendendo e lucrando muito bem.

O setor de Autopeças faturou R\$ 99 bilhões em 2011, com crescimento de 9% nas vendas, enquanto o PIB cresceu apenas 2,7%.

O mesmo se passou com o setor Eletroeletrônico, que teve um crescimento de 8,4% em 2011 e se prevê cresci-

mento de 13% no faturamento para 2012.

O setor de Máquinas e Equipamentos, um dos mais “sofridos”, segundo a patronal, teve crescimento nas vendas em 2011 de 9%, também muito acima do PIB.

O grande “Acordo Nacional em defesa da produção e do emprego”, que reúne setores da CUT, Força Sindical e as grandes organizações patronais do Brasil, repete o mesmo acordo realizado em 1993, que ficou conhecido como as “Câmaras Setoriais”, que flexibilizou parte das leis traba-

listas do país.

Além disso, estas montadoras contaram com o apoio dos governos federal, estadual e municipais que deram inúmeros benefícios fiscais e crédito fácil do BNDES.

Apesar do aumento gigantesco da produtividade e do faturamento, as multinacionais retribuíram com diminuição do emprego no Brasil e remessa de lucros para suas matrizes!

Atualmente, mais uma vez a história de repete e, mais um vez, a CUT (e agora a CTB) apoiam a mesma política.●

Produtividade, Faturamento e Emprego do setor automotivo brasileiro

Ano	Produção (em milhões de unidades)	Número de Trabalhadores	Veículos por trabalhador	Faturamento (em milhões US\$)	Faturamento por trabalhador (em mil US\$)
1980	1,0	133 mil	7,8	28,4	212
1990	0,8	117 mil	7,2	23,7	202
2000	1,5	89 mil	17,9	43,5	488
2010	3,4	119 mil	28,5	83,5	700
Variação	225%	-11%	265%	194%	229%

Fontes: BNDES (Anuário Estatístico do MDIC 2010); Banco Central e Anuário da Indústria Automobilística Brasileira - 2011 – AN-FAVEA – Elaboração ILAESE.

Como conter a desindustrialização e preservar empregos

As medidas que o governo Dilma vem adotando nos últimos anos só fazem transferir dinheiro público para as multinacionais, que vendem muito e exportam seus lucros.

A desoneração da folha de pagamento, adotada recentemente pelo governo, reduzirá impostos para a patronal e gerará um rombo na Previdência, já que a patronal deixará de contribuir com 20% da folha de pagamento para o INSS.

O governo Dilma já entregou R\$ 137,2 bilhões em benefícios e isenções fiscais em 2011, segundo o IPEA.

A desoneração da folha de pagamentos e outras isenções fiscais em 2012 gerará uma perda de R\$ 34,7 bilhões em arrecadação, segundo projeção da Receita Federal.

Esta quantia é equivalente a duas vezes os lucros de toda a indústria automobilística instalada no Brasil.

A saída para a crise da Indústria de Transformação

As propostas da patronal, em acordo com o governo, são basicamente duas: diminuir o custo da mão de obra (aumentando a exploração dos trabalhadores) e diminuição dos impostos.

Estas medidas não resolvem a crise da indústria brasileira e sua desnacionalização.

A classe trabalhadora deve apresentar propostas estruturais, que ataquem a raiz dos problemas, que possam colocar o Brasil no caminho da manutenção dos empregos e distribuição de renda:

1. Suspensão do Pagamento da Dívida Pública. Com isto, pode-se realocar cerca de R\$ 750 bilhões pagos aos banqueiros na forma de juros e amortização da Dívida. Isto permitiria duplicar os investimentos em capital fixo no Brasil (na ordem de R\$ 800 bilhões em 2011), chegando

aos níveis da China, para garantir um crescimento econômico anual acima dos 10%.

2. Estatização do Sistema Financeiro, sob controle dos trabalhadores, única garantia de que todo o dinheiro do país servirá para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

3. Confisco do capital estrangeiro especulativo e controle rigoroso da entrada de capitais estrangeiros no país.

4. Cobrança de um imposto progressivo sobre os lucros das multinacionais instaladas no Brasil. Obrigação de reinvestir 100% dos lucros no país por 10 anos. Caso haja recusa, estatização das grandes multinacionais instaladas no país.

5. Reestatização das empresas privatizadas recompondo uma indústria de base para o desenvolvimento sustentado do país.

6. Taxação sobre as importações de produtos

que podem ser comprados no Brasil.

Importação somente de insumos e produtos inexistentes no Brasil, inclusive pagando um preço superior ao mercado, exigindo como contrapartida a transferência completa de tecnologia na fabricação destes produtos.

7. Acordo comercial com países coloniais e semicoloniais para o desenvolvimento de uma indústria independente das multinacionais, com o objetivo de acabar com a fome e com os problemas sociais.

8. Criação de um polo industrial voltado para a construção de casas, escolas, hospitais, saneamento, transportes públicos metroferroviários e alimentação para a população trabalhadora.

Estas medidas só são possíveis com a ruptura com o imperialismo e o capitalismo que dominam a economia por meio das grandes empresas multinacionais e nacionais. ●

EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Luci Praun, Nando Poeta e Nazareno Go-deiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.

Auto-retrato

por Raíza Rocha



No dia 15 de março, a revolta popular na Síria completou um ano. Uma onda de protestos se mantém no país pela derrubada do ditador Bashar al-Assad, que há quase 12 anos governa a Síria. Al-Assad, por sua vez, tem respondido aos protestos com o aumento da repressão e uma violenta ofensiva militar contra os rebeldes. Uma verdadeira guerra civil se instalou no país que, segundo a ONU, já rendeu, pelo menos, 8 mil mortes. A Resistência Síria é mais um capítulo da Primavera Árabe, levantes populares que derrubaram ditadores na Tunísia, Egito e Líbia.